

Entrevista

ALEXANDRE REZENDE/DIVULGAÇÃO SAMARCO

*
Cristina
Morgan
CFO da Samarco

Chefe do setor financeiro da mineradora explica o pedido de recuperação judicial e as propostas para quitar os débitos de R\$ 50 bilhões. Cristina diz que entre prioridades estão a Renova e pagar funcionários e fornecedores, com foco em retomar toda sua operação em 2030.



Samarco quer converter credor em acionista para pagar dívida

Por que a Samarco entrou com o pedido de recuperação judicial (RJ)? Foi a única alternativa que a Samarco encontrou para manter sua função social, empregos e benefícios como a geração de impostos para as comunidades em Minas e no Espírito Santo, além de dar continuidade às ações de reparação do rompimento da barragem de Fundão. Ela permite a renegociação da dívida em um ambiente seguro e “protegido”, em resposta às ações judiciais de execução de determinados credores financeiros, como forma de preservar suas operações retomadas em dezembro de 2020. Uma parcela substancial da dívida é composta por créditos detidos por fundos estrangeiros que compraram a dívida com um desconto substancial. A RJ não terá impacto nas atividades operacionais e nas ações de reparação de Fundão.

Qual o tamanho da dívida? A dívida era adequada à capacidade da empresa, entretanto, a interrupção das operações impediu a geração de receitas operacionais por cinco anos. Não havia caixa suficiente para honrar a dívida. Durante esse período, buscamos uma negociação amigável, mas, diante de demandas inviáveis impostas pelos fundos, não foi possível. Quando retomamos a produção, esses fundos estrangeiros pressionaram a empresa, inclusive por meio do ajuizamento de execuções multimilionárias. Diante dessas medidas agressivas, a empresa precisou buscar a

via da recuperação judicial.

O que vai acontecer daqui por diante? Já estamos com os contratos de confidencialidade assinados com os fundos estrangeiros. Esta semana teve início a fase de Due Diligence, processo para melhor entendimento do plano de negócios e dos números da empresa. A ideia é que as negociações efetivamente se iniciem após essa fase. No plano de RJ, protocolado em junho, ofertamos aos credores as mesmas condições oferecidas aos acionistas, para recebimento dos empréstimos feitos à Samarco nos últimos cinco anos. Foram estes empréstimos que permitiram que a empresa não apenas conseguisse sobreviver e retomar as suas operações, como também assegurasse os compromissos socioambientais. O plano de RJ propõe que a Samarco cumpra com suas obrigações com a reparação e com a Renova de forma prioritária aos fundos estrangeiros e aos acionistas. Propõe também que os empregados e fornecedores recebam 100% do que lhes é devido no curto prazo.

Quais foram as propostas feitas pela Samarco aos credores e quanto da receita mensal está sendo reservada para esses pagamentos? Estamos propondo a oferta de conversão de dívida em ações preferenciais, para que os credores da Classe III, que engloba os financeiros, passem a ter participação no capital da empresa, tornando-se acionistas. Outra alternativa é uma redução de 85% do valor dos respecti-

vos créditos com o pagamento em 2041, acrescidos de correção monetária pelo IPCA e juros moratórios de 1% ao ano, contados a partir da homologação da RJ até o pagamento. O valor destinado ao pagamento de dívidas é o adequado para manter as operações da empresa. Geramos direta e indiretamente cerca de 7.000 empregos, renda e pagamento de impostos.

Como vocês avaliam a atuação da Fundação Renova? A instituição vem recebendo críticas por atrasar os processos em vez de dar celeridade. Temos total compromisso com a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, o que vem sendo viabilizado por meio da Fundação Renova. Muitas entregas já foram e continuam sendo feitas, tendo sido destinado até maio de 2021, R\$ 13,28 bilhões. Atualmente, a Samarco está participando das discussões lideradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para dar maior celeridade e eficiência às ações. As discussões no âmbito da RJ não interferem nos programas e ações em andamento.

Fundos internacionais que detêm bilhões de reais em dívidas da Samarco tentam impedir na Justiça que a empresa faça pagamentos à Renova. Isso pode atrapalhar a reparação dos danos da tragédia de 2015? Os compromissos da Samarco perante a Renova não estão sujeitos à recuperação judicial. Importante registrar que, recentemente, uma nova lista de credores foi apresentada ao processo pelos ad-

“O compromisso perante a Renova não está sujeito à recuperação judicial.”

“Nossa expectativa é atingir 100% da capacidade produtiva em 2030.”

“A RJ foi para renegociar a dívida. Nossas obrigações estão em dia.”

ministradores judiciais, após a fase de habilitações e divergências, e a Renova permaneceu fora da lista de credores sujeita ao plano de RJ.

A intenção desses fundos, alguns chamados de “abutres”, é garantir o pagamento deles, em vez de os recursos serem canalizados para a reparação da tragédia nas diversas cidades de Minas e Espírito Santo. Sim, esses fundos não têm demonstrado compromisso com comunidades locais ou o meio ambiente. Eles não são detentores originários da dívida, normalmente adquirem créditos de outros credores contra empresas em dificuldade financeira, por preços muito abaixo do valor e tentam garantir o pagamento não do preço de aquisição, mas do valor total do crédito.

A recuperação da Samarco é importante para a economia dos municípios onde atua. É possível prever uma ampliação da produção? E em qual velocidade? Nesse momento, nosso foco é manter a Samarco em operação. Nossa expectativa é atingir 100% da nossa capacidade produtiva em 2030. Vamos fazer os investimentos necessários, e detalhes quanto às projeções são informações protegidas por confidencialidade.

Vocês já têm uma projeção de produção, receita e exportações para este ano? Retomamos as operações em dezembro de 2020, com um concentrador e 26% da nossa capacidade produtiva, o que representa cerca de 8 milhões de toneladas de produção de pe-

lotas de minério de ferro por ano. O Plano de Negócios da Samarco prevê 60% da sua capacidade em 2026, com a entrada do segundo concentrador e, em 2030, atingir produção total com a entrada do terceiro concentrador. Não podemos compartilhar projeções de receitas, por serem informações protegidas por confidencialidade.

O pedido de recuperação judicial foi uma saída para se defender dos fundos abutres? Qual é o total das dívidas? Foi a única alternativa. O endividamento sujeito a RJ é de aproximadamente R\$ 50 bilhões, dos quais R\$ 26 bilhões são com credores financeiros. A recuperação judicial foi necessária para possibilitar a renegociação da dívida, pois estamos com nossas obrigações em dia, a exemplo do pagamento de empregados e fornecedores. Os créditos dos nossos acionistas, Vale e BHP, em sua maior parte, referem-se aos financiamentos feitos por eles na Samarco durante os anos de interrupção das operações, para financiar as atividades da empresa, fazer a manutenção de ativos, possibilitar a construção da filtragem de rejeitos e permitir a retomada das operações. A outra parte dos créditos dos acionistas decorre dos aportes feitos por eles à Renova, na qualidade de garantidores, responsáveis subsidiários das obrigações da Samarco. Os acionistas aportaram valores que eram de responsabilidade primária da Samarco e devem ser reembolsados. **(Cinthia Oliveira)**